

## A COALIZÃO EMPRESARIAL NA CRISE BRASILEIRA: DA CRÍTICA À “NOVA MATRIZ ECONÔMICA” À DEFESA DA “PONTE PARA O FUTURO” (2011-2017)

The business coalition in the Brazilian crises: from the criticism of the “New Economic Matrix” to the defense of the “Bridge to the Future” (2011-2017)

La coalición empresarial en la crisis brasileña: de la crítica a la “nueva matriz económica” a la defensa del “puente para el futuro” (2011-2017)

Gabriel da Silva Vaccari

Mestre em Ciências Sociais


Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, Brasil.

Gabriel.vaccari360@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9904-1125> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

### RESUMO

O artigo descreve, caracteriza e interpreta o comportamento político das elites empresariais da indústria e dos bancos durante a crise brasileira, entre 2011 e 2017. Reconstruindo a conjuntura do período com base na comparação das avaliações, posições e reivindicações contidas no discurso e nas ações das principais entidades associativas de ambos os setores, concluímos que, ao longo do primeiro governo de Dilma Rousseff, com a queda do crescimento econômico, o acirramento do conflito distributivo entre capital e trabalho levou industriais e banqueiros a secundarizarem as contradições que os dividiam em coalizões produtivista e rentista, e a se unificarem em uma coalizão crítica à Dilma e defensora das reformas neoliberais implementadas por Michel Temer, após o *impeachment*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indústria. Bancos. Empresariado. Dilma Rousseff. Michel Temer.

### ABSTRACT

This article analyses the political behavior of industrial business elites and banks during the Brazilian crisis, between 2011 and 2017. Rebuilding the situation of the period based on the comparison of evaluations, positions and demands contained in discourse and actions of the main associative entities from both sectors, we concluded that, throughout the first Dilma Rousseff administration, with the decline of economic growth, the intensification of distributive conflict between capital and labour led industrialists and bankers to sideline the contradictions that divided them into productivist and rentier coalitions nad unified into coalition critical of Dilma and defender of neoliberal reforms implemented by Michel Temer after impeachment.

**KEYWORDS:** Industry. Banks. Business. Dilma Rousseff. Michel Temer.

### RESUMEN

El artículo describe, caracteriza e interpreta el comportamiento político de las élites empresariales de la industria y los bancos durante la crisis brasileña, entre 2011 y 2017. Reconstruyendo la coyuntura del período sobre la base de la comparación de las evaluaciones, posiciones y reivindicaciones contenidas en el discurso y las acciones de las principales entidades asociativas de ambos sectores, concluimos que, a lo largo del primer gobierno de Dilma Rousseff, con la caída del crecimiento económico, la intensificación del conflicto distributivo entre capital y trabajo llevó a industriales y banqueros a secundarizar las contradicciones que los dividían en coaliciones productivista y rentista, y a unificarse en una coalición crítica a Dilma y defensora de las reformas neoliberales implementadas por Michel Temer, tras el *impeachment*.

**PALABRAS CLAVE:** Industria. Bancos. Empresariado. Dilma Rousseff. Michel Temer.

# 1 INTRODUÇÃO

Ao analisar as contestações de mandatos presidenciais na América do Sul, Hochstetler (2007) mostra que os chefes de Poder Executivo da região correm maior risco de destituição quando enfrentam combinações de crises econômicas, denúncias de corrupção, base legislativa minoritária, popularidade baixa e protestos de rua. A premissa deste artigo é que, na análise da conjuntura que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT) e sua substituição por Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB)<sup>1</sup>, é preciso considerar outro fator também decisivo: a perda de apoio do governo petista nas elites empresariais financeiras e industriais, as quais foram atraídas pelo programa econômico de reformas neoliberais apresentado pelo vice-presidente. Como, de que forma e por que ocorreu esse ajuste na posição política dos empresários?

O objetivo deste artigo é descrever e caracterizar o processo de ruptura política das elites das frações produtiva e financeira da burguesia brasileira<sup>2</sup> com o governo petista e a subsequente adesão delas ao bloco de sustentação do governo peemedebista<sup>3</sup>. Intentamos mostrar que o acirramento do conflito distributivo entre capital e trabalho ensejou uma repactuação das frações burguesas em uma coalizão cimentada na defesa de programa de reformas pró-mercado, cuja expressão foi o Programa “Ponte para o futuro”, de Temer/PMDB.

A compreensão teórica do processo histórico crítico vivido pelo Brasil na década de 2010 é incompleta se ficar restrita a jogos internos ao sistema político-partidário e não considerar os fatores sociológicos do *poder estrutural do capital* (Offe; Wiesenenthal, 1984;

---

<sup>1</sup> Em dezembro de 2017, o PMDB retirou o “partido” de seu nome e retomou sua sigla originária, MDB. Como neste artigo o período analisado é anterior à mudança, utilizaremos “PMDB” quando nos referirmos ao partido.

<sup>2</sup> Seguimos a sugestão de Codato e Perissinoto (2009) de que, ainda que sejam originários de tradições teóricas, epistemológicas e ideológicas distintas, os conceitos de elite e de classe social podem se complementar, mesmo que com desajustes e defasagens entre si. De um lado, tal junção conceitual nos permite evitar a pressuposição errônea de que a classe como um todo possa, enquanto “lugar objetivo nas estruturas sociais”, sem mediações, se constituir em ator político. Na verdade, a classe é uma coletividade socioeconômica representada politicamente por uma elite de classe. O conceito de elite, assim, permite operacionalizar o conceito de classe para a análise política. Por outro lado, a junção com o conceito de classe retira o potencial voluntarismo presente nas análises elitistas que desconsideram o peso dos “constrangimentos estruturais” dos conflitos de interesses materiais sobre as lutas políticas, no interior do Estado, e as diferentes lógicas da ação coletiva do capital e do trabalho (Offe; Wiesenenthal, 1984). Desse modo, o conceito de classe preenche o “vácuo social” implícito nas análises elitistas.

<sup>3</sup> Há muitos indícios de que o mesmo ocorreu com segmentos do capital comercial e do agronegócio, mas essa análise foge ao escopo deste artigo. É uma agenda de pesquisa a ser explorada.

Przeworski, 1995) e da *posição política privilegiada do empresariado* (Lindblom, 1979; Miliband, 1984). Para entendermos a derrocada do governo petista e ascensão de Temer à presidência é necessário analisar não apenas o realinhamento de coalizões partidárias de apoio/oposição no Congresso, mas também o realinhamento das coalizões informais de forças sociais que impactam de diversas formas o jogo político institucional<sup>4</sup>. O comportamento político empresarial é um ponto nodal para o entendimento das relações complexas entre as dimensões econômica e política da crise que levou à deposição de Dilma da Presidência da República. Além disso, a conjuntura analisada é um caso significativo para pensar os desafios e dilemas de governos de centro-esquerda tendo que gerir crises de economias capitalistas periféricas em contexto institucional democrático.

São duas as principais contribuições desta pesquisa ao debate amplo de interpretações sobre o papel do empresariado na crise brasileira da década de 2010. A primeira é que, diferente de outros estudos que enfocam um setor empresarial apenas, aqui apresentamos uma comparação entre duas frações, o que permite a identificação de relações de cooperação e conflitos internos ao empresariado. A segunda é mostrar que há uma linha de continuidade na unidade política empresarial que liga a crítica à política econômica de Dilma ao apoio às reformas neoliberais do governo Temer. O interregno presidencial de Michel Temer, carente de legitimidade, atravessado por crises e com quase nenhum apoio popular, contou com sólido apoio empresarial. Ainda há uma carência de pesquisas sobre a relação empresários-Temer, e este artigo contribui para apontar alguns caminhos para esta agenda de pesquisa.

## 2 MÉTODOS E TÉCNICAS

O presente artigo expõe resultados de um *estudo de caso*, abordagem qualitativa que “investiga as manifestações de fenômenos localizados temporal e espacialmente, em profundidade e em seu contexto”, um exame de aspectos de episódios históricos que visa testar ou elaborar teorias que os expliquem (Bennet; Checkel, 2015). Diferentemente de trabalhos quantitativos que operam com número elevado de fenômenos e populações e buscam extrair deles regularidades estatísticas extensivas, estudos de caso analisam um

---

<sup>4</sup> Ianoni (2018, p. 7) desenvolve teoricamente uma *abordagem ampliada das coalizões* que não se restringe a atores institucionais e forças partidárias, e busca englobar atores e forças sóciopolíticas. Na definição do autor, “no sentido ampliado, coalizões não envolvem apenas os atores da esfera político-institucional (partidos com assento parlamentar, representantes eleitos e burocracia pública), mas também os da esfera sociopolítica, entre os quais, se destacam os grandes empresários em geral”.

número menor de fenômenos, buscando compreendê-los e interpretá-los de modo mais detalhado e intensivo. Como o nosso objetivo não é medir nem demonstrar relações de causalidade por trás do comportamento político empresarial, mas sim compreender seus significados e impactos no desdobramento do processo histórico, uma abordagem qualitativa é mais adequada, embora tenha seus limites, em especial em termos de capacidade de generalização.

Na primeira parte, o trabalho opera uma reconstrução diacrônica do período 2011-2017, articulando indicadores econômicos, política econômica governamental e ações/discursos (avaliações, posicionamentos, reivindicações) de dois segmentos empresariais dos quais busca-se identificar, a partir de seus interesses e valores manifestos, relações de conflito e cooperação. Na segunda parte, levantamos e expomos algumas hipóteses explicativas para o fenômeno descrito, interpretamo-las criticamente e apresentamos, por fim, uma hipótese adicional.

As organizações que tomamos como representativas dos industriais são a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por ser a principal entidade do estado mais industrializado do país, e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a representação corporativa nacional do setor.

Defina-se, antes de tudo, o que entendemos por “banqueiros”: ocupantes de cargos importantes na estrutura dos bancos e legitimados para falar em seu nome e de suas entidades representativas no espaço público. Portanto, “banqueiro”, aqui, define-se pelo critério político de ser “voz pública” do setor financeiro, não pelo critério econômico vinculado à propriedade de fato, porquanto complexas essas instituições, possuindo distribuição acionária muito fragmentada. Para identificar as posições do setor financeiro, enfocamos a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e os executivos dos principais bancos e instituições financeiras em operação no país: Bradesco, Itaú e Santander, que concentravam, ao longo dos anos do recorte temporal aqui analisado, juntos dos bancos público (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), mais de 80% dos ativos no mercado financeiro do país (Temóteo, 2019). Também constam na pesquisa posições de representantes dos bancos BTG Pactual e do *Goldman Sachs* Brasil. Inicialmente, a pesquisa focaria apenas a FEBRABAN, porém, ao longo do trabalho, constatou-se que os banqueiros manifestam suas avaliações, posições e demandas de forma mais explícita individualmente do que por meios institucionais da entidade. Ao contrário dos industriais, que tendem a ser mais vocais em sua inserção no espaço público, o setor financeiro adota um tom mais discreto e contido em suas declarações, especialmente por meio de sua

entidade oficial. Essa característica comportamental é a principal razão metodológica para recorrermos mais às entrevistas e declarações na imprensa do que a documentos públicos da FEBRABAN para identificar as posições do setor.

Nem toda ação política empresarial ocorre por meio dessas instituições e boa parte delas não se torna pública por nenhum meio de informação disponível. Empresários estabelecem, individualmente, laços e conexões clientelísticas legais e ilegais com políticos e burocratas, as quais se desdobram privadamente, nos bastidores. Dado os limites operacionais, metodológicos e de fontes deste trabalho, esse nível individual e oculto de ação política está além da capacidade de captação desta pesquisa. Por outro lado, é preciso também escapar do que René Dreifuss (1989) chamou de “mito do baú”: a crença de que apenas com informações sigilosas de bastidores de “conspirações de salão” seria possível entender e explicar as movimentações políticas. Tomando-se as precauções metodológicas, é possível sim analisar com cientificidade o jogo político com base em documentos públicos produzidos pelas entidades empresariais, pela imprensa e por instituições estatais.

As fontes utilizadas são a) documentos oficiais disponibilizados nos *websites* das entidades: cartilhas, notas técnicas, análises de conjuntura, revistas e jornais editados pelos órgãos em questão; b) artigos, entrevistas, declarações e manifestações discursivas públicas em geral escritos/concedidos/proferidos individualmente pelas principais lideranças das entidades enfocadas; c) publicações de veículos de imprensa que informam sobre as ações dos empresários e entidades analisadas bem como a situação econômica e as ações governamentais. Entre os principais órgãos de imprensa consultados estão os cadernos de política e economia dos jornais *Valor Econômico*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Info Money*, *BBC Brasil*, *UOL* e revistas como *Veja*, *Isto É Dinheiro* e *Época*.

É possível indagar qual a efetiva relevância das publicações e documentos encontrados nos sites das entidades como evidência das posições/interesses das cúpulas de seus correspondentes segmentos empresariais. Tais publicações/documentos refletem fidedignamente as posições dos empresários ou apenas de assessores, jornalistas ou consultores que na prática o elaboram? Embora reconheçamos a possível presença de defasagens entre o que pensam e querem as cúpulas empresariais e o que aparece em seus documentos publicados, ainda assim se considera tais fontes como válidas porque a relação hierárquica entre jornalistas/assessores e empresários, na qual os segundos contratam e demitem os primeiros, garante um grau seguro de afinidade entre o que é

publicado e o que os empresários querem que seja publicado. Esse fato, por outro lado, também é um alerta de que em todo texto/discurso que se torna público há uma intencionalidade e uma estratégia, portanto, uma operação retórica. Desse modo, muitas vezes, o que entidades empresariais publicam não reflete diretamente as opiniões sinceras da elite empresarial, mas sim aquilo que esse grupo deseja que demais setores da sociedade, incluindo suas bases de associados e autoridades públicas, acreditem que ela pensa. Há, portanto, a possibilidade de jogos ocultos.

Também é possível questionar se a imprensa tradicional, mobilizada como fonte complementar para acompanhar as ações dos empresários e o desenrolar das conjunturas políticas, é confiável para nossos propósitos. O que a chamada grande imprensa noticia, muitas vezes, não reflete um viés de seus jornalistas ou da linha de seus editores, ou ainda, o objetivo de angariar engajamento de seu público de leitores? Este é, sem dúvida, um perigo intrínseco ao uso dessas fontes. Por isso a importância de cotejamento com outras fontes primárias. Também vale frisar que o público leitor de imprensa especializada em negócios ou dos cadernos de negócios dos jornais tradicionais é bastante restrito e, muitas vezes, quem consome tais publicações são os próprios atores cujas ações são noticiadas por elas. Um fato que contribui para o fortalecimento de sua confiabilidade como fonte fidedigna.

Após esta introdução, descrevemos a dinâmica de conflito e cooperação entre industriais e banqueiros no interior do esquema de poder que sustentou os governos Lula (2003-2010). Na segunda parte, narramos como a política econômica heterodoxa do primeiro mandato de Dilma virou alvo de críticas e de oposição por parte do empresariado. Na sequência, apresentamos evidências da unidade de posições e ações de banqueiros e industriais em defesa do *impeachment* da presidente e das reformas neoliberais implementadas pelo governo Temer. Na quarta parte, elencamos e discutimos hipóteses interpretativas acerca dos motivos que contribuíram para que tais frações empresariais se unificassem. Por fim, sintetizamos as conclusões gerais do trabalho.

### **3 INDUSTRIAIS E BANQUEIROS NOS GOVERNOS LULA**

As políticas econômicas do Estado podem gerar uma infinidade de conflitos entre as frações burguesas (Poulantzas, 2019)<sup>5</sup>. O conflito entre o capital industrial e o capital bancário, especificamente, está fundado nas lógicas distintas de realização do lucro e do juro. Enquanto a extração da mais-valia no processo de produção gera a oposição de classe entre os trabalhadores e o conjunto da burguesia, a repartição da mais-valia divide a burguesia em fração produtiva, que obtém seus lucros a partir do emprego de capital na produção e venda de mercadorias, e fração financeira, definida pela posse sobre o capital monetário que se alimenta de juros que cobra sobre o crédito que concede a governos, empresários e consumidores (Marx, 1978). Tal diferença leva a choque de interesses entre industriais e financistas em torno das políticas monetária, fiscal, tributária, cambial, industrial e orçamentária (Harvey, 2013). A crescente hegemonia econômica exercida pelo capital monetário portador de juros, fruto da financeirização intrínseca ao modelo neoliberal (Chesnais, 1996), ao mesmo tempo que funde estruturalmente empresas do setor produtivo com instituições financeiras, agudiza conflitos entre tais atores acerca do ritmo, da forma e amplitude das políticas de liberalização (Boito Júnior, 2023).

Para autores como Singer (2012), Bresser-Pereira (2015), Boito Júnior<sup>6</sup> (2018) e Ianoni (2018), as políticas econômicas dos governos petistas foram atravessadas pelas disputas entre duas coalizões de forças sociais: por um lado, a *coalizão produtivista*, capitaneada por empresários industriais e apoiada por organizações sindicais; e, por outro, a *coalizão rentista*, capitaneada pelo empresariado financeiro e apoiada pela classe média tradicional.

À coalizão produtivista interessava a agenda *neodesenvolvimentista*: a) juros baixos para baratear o crédito e estimular o investimento produtivo; b) concessão de subsídios e desonerações; c) depreciação cambial; d) arrefecimento relativo da busca por superávit

---

<sup>5</sup> As tensões entre frações burguesas têm diferentes origens e formas, entrecruzando-se e formando sistemas de fracionamento. Frações capitalistas se diferenciam e entram em colisão conforme o grau de controle e presença sobre o mercado (grande, médio e pequeno capital), a origem espacial (estrangeiro, nacional, regional), a função (capital comercial, industrial, bancário e agrário) e a relação com o mercado internacional (compradora, nacional e interna).

<sup>6</sup> A análise de Armando Boito Júnior (2018) tem uma particularidade em relação aos demais intérpretes nesse item. Para ele, embora industriais e banqueiros de fato tenham contradições importantes entre si, acima desse fracionamento por função produtiva ou rentista estaria a dimensão da divisão nacional e internacional do capital. Em sua leitura, industriais e bancos de origem nacional comporiam juntos a *grande burguesia interna*, fração hegemônica da frente neodesenvolvimentista que os governos petistas representaram e que se caracterizaria pelo “temor de ser engolida ou destruída pelos grandes grupos econômicos internacionais”, o que a levaria a demandar a “ação protetora do Estado”. Assim, industriais e bancos brasileiros teriam interesses comuns entre si, os quais estariam em colisão com industriais e bancos estrangeiros: protecionismo alfandegário, limitação da entrada de bancos internacionais no Brasil, ação política do Estado brasileiro financiando a internacionalização de empresas nacionais etc.

fiscal; e) medidas protetivas ao mercado interno para empresas nacionais. Desenvolvimentismo, na definição de Bielschowsky (2004, p. 7), é o:

[...] projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:  
a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Já o *neodesenvolvimentismo* é o “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico” (Boito, 2012). Este modelo retoma a velha aspiração desenvolvimentista de construção de um Estado forte para intervir na economia e liderar o processo de desenvolvimento, mas o faz em condições históricas novas e com ambição menor. O prefixo *neo* denota as diferenças entre este modelo contemporâneo e o velho desenvolvimentismo do período 1930-1980. Boito (2012) elenca quatro distinções importantes que diferenciavam o velho e o novo desenvolvimentismo. O neodesenvolvimentismo a) apresenta taxas de crescimento econômico bem mais modestas do que o desenvolvimentismo do século XX, porque está limitado pela acumulação financeira ainda em vigor, aspecto central do modelo neoliberal; b) confere importância menor ao mercado interno, isto é, ao consumo das massas trabalhadoras do país; c) dispõe de menor capacidade de distribuir renda; e d) aceita a divisão internacional do trabalho estabelecida, promovendo uma reativação, em condições históricas novas, da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro. O neodesenvolvimentismo, dessa forma, por existir no interior e sob a base de uma economia global hegemonizada pelo neoliberalismo, não é uma “alternativa de modelo”, mas sim uma “alternativa no modelo” neoliberal vigente em nosso tempo histórico.

À coalizão rentista, por sua vez, interessava a agenda neoliberal-ortodoxa: a) política monetária constritiva, com juros altos para combater a inflação e remunerar bem os investidores financeiros; b) austeridade fiscal, isto é, corte de gastos públicos e geração de superávits nas contas públicas com vistas ao controle da relação dívida pública/PIB; c) independência formal do Banco Central (BC); d) câmbio flutuante e liberdade para os fluxos de capital financeiro. A síntese programática desta agenda rentista é o *tripé-macroeconômico*.

Em paralelo *ao* e acima *do* conflito de frações, porém, existia também uma agenda que unificava o empresariado como um todo em uma “comunhão de interesses” e que entrava em choque com as demandas dos trabalhadores. Seu núcleo estava em reformas redutoras do poder econômico do Estado e dos custos do trabalho: austeridade fiscal quando o tema é “gasto social”, diminuição de impostos sobre as empresas, privatizações de empresas e serviços públicos, reforma do sistema previdenciário, desregulamentação das relações trabalhistas e adequação dos níveis salariais à produtividade.

Pode-se interpretar que, entre 2003 e 2006, a agenda liberal-ortodoxa do setor financeiro foi hegemônica nos governos do PT, com alto grau de continuidade em relação à condução econômica dos governos de Fernando Henrique Cardoso (Paulani, 2005; Novelli, 2010; Oliveira, 2010), mas, a partir da substituição de Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda (MF), em 2006, e aprofundando-se com as medidas anticíclicas adotadas em reação à crise financeira internacional de 2008, a política econômica foi se aproximando cada vez mais da heterodoxia neodesenvolvimentista propugnada pelos industriais, sinalizando uma mudança gradual no equilíbrio de forças entre as coalizões produtivista e rentista (Barbosa-Filho, 2018). A disputa entre setor produtivo e bancos, contudo, teve seus impactos dirimidos pelo momento econômico favorável que o Brasil atravessava ao final da década de 2000, cuja principal marca fora o *boom* dos preços internacionais das *commodities* agrominerais exportadas pelo país. Um momento em que, em alguma medida, todos os grupos sociais obtiveram avanços materiais relativos: jogo distributivo de “ganha-ganha”. Não por acaso, Lula alcançou recordes de popularidade e garantiu a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff.

## 4 A SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL QUE DILMA ASSUMIU

Nos dois mandatos presidenciais de Lula, o PT nunca esteve sequer perto de obter, sozinho, maioria nas Casas do Congresso, condição compartilhada com todos os governos democráticos da República de 1988, que sempre conviveram com uma elevada fragmentação da representação parlamentar, típica do multipartidarismo brasileiro (Santos, 2006). Entre 2003 e 2010, a bancada do partido não alcançou nem 20% das cadeiras da Câmara e do Senado.

Para formar uma base de apoio legislativo capaz de alcançar maiorias nas votações congressuais, o PT, apesar de ter relutado a compartilhar poder na primeira metade do

governo Lula 1, jogou o jogo estabelecido pelo sistema político: distribuiu cargos na Administração Federal e recursos orçamentários para atrair os votos das bancadas de partidos ideologicamente heterogêneos. Ou seja, o modelo de relação Executivo-Legislativo do *presidencialismo de coalizão* (Limongi, 2006; Abranches, 2018). Ao final da segunda gestão Lula, o governo matinha em sua base aliada agremiações diversas em uma coalizão que se estendia da direita à centro-esquerda: PMDB, Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Social Cristão (PSC), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Verde (PV), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Se, por um lado, a amplitude da coalizão deu estabilidade para a governabilidade legislativa dos governos Lula, por outro, diluiu seu caráter programático e breiou a aprovação de reformas estruturais (Nobre, 2013).

A formação dessa ampla base de apoio congressional foi facilitada pelas altas taxas de popularidade apresentadas por Lula. Ao fim do segundo mandato, em dezembro de 2010, 83% dos brasileiros avaliavam a gestão de Lula como ótima ou boa (Datafolha, 2010), maior taxa de aprovação já registrada por um presidente na série histórica de levantamentos no Brasil. A aprovação de Lula nos setores de menor renda e escolaridade da população estava ancorada especialmente nos programas sociais, na diminuição do desemprego e na valorização do salário mínimo (Singer, 2012), os quais, por sua vez, foram possibilitados pelos indicadores macroeconômicos positivos que o Brasil apresentou nos mandatos lulistas.

Na década de 2000, o Brasil teve crescimento médio de 3,7%. Impulsionada pelos preços altos das *commodities*, a balança comercial apresentou superávits sucessivos (Martello, 2010). As reservas internacionais líquidas de moeda forte do país subiram de US\$ 37,8 bilhões (2002) para US\$ 288,6 bilhões, em 2010 (DIEESE, 2021). A média da inflação dos 8 anos de Lula foi de 5,78%, abaixo do teto da meta anual de 6,5% estabelecida pelo Banco Central. Na questão fiscal, em todos os anos de seus dois mandatos, o governo Lula arrecadou mais que do que gastou, gerando superávits primários sucessivos que contribuíram para a redução da relação dívida pública/PIB, além de ter mudado o perfil do endividamento, que foi internalizado (Bergamini, 2011). O real valorizara-se frente ao dólar: o preço da moeda americana caiu da casa dos R\$ 3,80, a que chegara nos últimos meses de 2002, para algo em torno de R\$ 1,60, quando Lula deixou o cargo (Rodrigues, 2021). O índice da Bolsa de Valores de São Paulo (IBOVESPA) saltou de 11 mil pontos, ao fim de

2002, para 73 mil pontos no fim de 2010, crescimento de mais de 600% (Alvarenga, 2017). Fora da tendência geral positiva, porém, as taxas de juros continuaram altas, encarecendo o crédito no país. A taxa básica de juros (SELIC) nominal terminou 2010 em 10,75%, descontada a inflação anual de 5,91%, uma taxa real de 4,84% (Steil, 2023). Nos anos Lula, os bancos brasileiros bateram seus próprios recordes de lucratividade (Novo, 2011). O nível dos juros e a lucratividade dos bancos, como veremos a seguir, estará no centro da estratégia da sucessora de Lula.

## **5 DO CONFLITO DE FRAÇÕES SOBRE A “NOVA MATRIZ ECONÔMICA” À UNIDADE DE CLASSE EM TORNO DA “PONTE PARA O FUTURO”**

Em 2011, a conjuntura econômica mundial desenhou um cenário novo para o Brasil. A crise internacional que começara no sistema bancário norte-americano três anos antes transferia seu epicentro para a União Europeia, contaminando, por tabela, a economia chinesa, que reduziu seu ritmo de crescimento. A desaceleração da China levou à queda dos preços internacionais das *commodities*, o que desacelerou a economia brasileira e impôs restrições ao financiamento do Estado (De Conti; Blikstad, 2018). O índice CRB, um dos principais medidores do preço internacional das *commodities* no mercado internacional, caiu de um patamar próximo de 400 pontos, em fins de 2010, para um patamar inferior a 200 pontos, em 2015 (Castro, 2016). Em 2013, tanto produtos primários energéticos (petróleo e gás, por exemplo) quanto metais industriais (cobre, alumínio) e produtos agrícolas (soja, trigo) estavam custando um terço da cotação internacional a que chegaram cinco anos antes (Justo, 2013).

Diante da encruzilhada representada pela queda no valor das exportações, Dilma decidiu aprofundar o neodesenvolvimentismo, que vinha ganhando força no interior da coalizão governamental desde a chegada de Mantega ao MF, buscando, por meio do Estado, induzir a ampliação do ritmo de crescimento via aumento do investimento produtivo e da reindustrialização do país (Bastos, 2017; Rossi; Mello, 2019). Assim nasceu a “Nova Matriz Econômica” (NME), a ofensiva neodesenvolvimentista<sup>7</sup> que ia ao encontro da “agenda FIESP” (Carvalho, 2018) e às demandas apresentadas por industriais e centrais

---

<sup>7</sup> Singer (2015), ao analisar o mesmo período, utiliza o conceito de “ensaio desenvolvimentista” para caracterizar a natureza da NME. Optamos por “ofensiva neodesenvolvimentista” por entendermos, em primeiro lugar, que a virada na política econômica já estava sendo ensaiada desde o segundo mandato de Lula. Com Dilma, o que houve foi um aprofundamento dessa linha.

sindicais no documento “Brasil do diálogo, da produção e do emprego. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego”, elaborado, divulgado e entregue ao governo ainda em 2011, e que pode ser visto como uma síntese formalizada da coalizão produtivista. Entre as principais medidas da NME, estavam:

- 1) Redução da taxa básica de juros (SELIC), que caiu de 12,5% a.a. (agosto de 2011) para 7,25% a.a. (janeiro de 2013) – a taxa de juro real (taxa de juros nominal menos taxa de inflação) chegou a menos de 1% a.a.;
- 2) Intervenções do BC na flutuação cambial. O real foi desvalorizado (de R\$ 1,65 por dólar, em 2011, para algo em torno de R\$ 2,05 no início de 2013);
- 3) Afrouxamento da austeridade fiscal, com o superávit primário sendo reduzido de 3,11% (2011) para 2,39% (2012) e 1,90% (2013), até chegar ao déficit primário em 2014 (-0,63%);
- 4) Aumento das alíquotas de Imposto sobre Operações Financeiras de investimentos estrangeiros, imposição de recolhimento compulsório sobre posições vendidas pelos bancos no mercado de câmbio e regulação de operações com derivativos;
- 5) Manutenção e expansão do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recebendo aporte de R\$ 400 bilhões do Tesouro Nacional para suas linhas de crédito subsidiado;
- 6) Estímulos e proteção para a indústria através do “Programa Brasil Maior” e do “Programa de Compras Governamentais”, com desonerações concedidas para a indústria chegando ao montante de R\$ 222,46 bilhões;
- 7) Reforma do setor elétrico, revisão do modelo de concessões e redução do preço da energia para consumidores e empresários.

A NME representou importante flexibilização da ortodoxia neoliberal: enfraqueceu a obediência ao tripé macroeconômico, à autonomia do BC e ao sistema de metas de inflação. No início de 2012, Dilma partiu para o enfrentamento aberto com o sistema financeiro, pressionando publicamente os bancos para que eles reduzissem suas taxas de *spread*. Em 2013, um ano após o início da redução agressiva da Selic e após os bancos cederem à pressão do governo e efetivamente reduzirem suas taxas de *spread*, os ganhos das instituições financeiras com juros experimentaram redução de cerca de 20% (Lombardi, 2013).

Os industriais reconheceram o esforço do governo em atender sua agenda. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, manifestou “apoio integral à postura ousada do governo” e “certeza de que os *spreads* podiam ser reduzidos” (UOL, 2012). “A presidente está seguindo a nossa cartilha”, resumia o diretor da

FIESP, Carlos Cavalcanti (Leo, 2012). Para Benjamin Steinbruch, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e vice-presidente da FIESP, se o caminho adotado por Dilma fosse mantido, o Brasil poderia se tornar um país em que os “rentistas” perderiam seus privilégios e teriam que “arregaçar as mangas” e “correr mais riscos”.

Além de reduzir juros, outras medidas vêm sendo tomadas pelo governo desse país diferente para diminuir custos de produção, como desoneração de folhas de pagamentos e cortes de impostos. É uma tendência muito bem-vinda, porque ela vai estimular exatamente o que esse país mais precisa: investimentos de médio e de longo prazo. Aumentar o investimento é crucial para que o objetivo maior do crescimento da produção e do emprego seja ali cumprido, sem estímulo inflacionário. Em breve, se a tendência continuar, chegará a hora da verdade para que esse país deixe de ser diferente. Nele, certamente continuará sendo possível “viver de renda”, como diziam os antigos. Mas a vida, nesses casos, será menos tranquila, porque os ganhos reais cairão, como em qualquer lugar do mundo (Steinbruch, 2012).

Apesar das manifestações públicas de apoio dos industriais, os efeitos econômicos esperados não apareceram. O crescimento do PIB decaiu, indo de 2,7% em 2011 a 0,9% em 2012. A taxa de investimento encerrou 2012 em 18,1% do PIB, uma queda em relação aos 19,3% registrados em 2011. Para Delfim Neto, economista de notória proximidade com o empresariado industrial paulista, a explicação para os números “decepcionantes” estava na política, pois o empresariado desconfiava que Dilma objetivava expandir exageradamente o papel de intervenção do Estado:

A falsa ideia que se generalizou no setor financeiro e no setor real da economia - que a política do governo objetiva ampliar a sua ação, fixar preços, regular e controlar atividade privada, ampliar a “estatização de setores estratégicos” - é consequência da relação vista como hostil pelos que têm contato necessário e direto com os agentes públicos que detêm o poder, o que, aparentemente, têm produzido mais calor do que luz. [...] Enquanto ela não for anulada, é pouco provável que o “espírito animal” volte a comandar os empresários e se ampliem os investimentos (Delfim Netto, 2012).

## **5.1 Industriais e bancos se aproximam na crítica à política econômica de Dilma**

Em 2013, o governo recalibrou a NME. Por um lado, diante de uma pressão inflacionária crescente e da desvalorização do real frente ao dólar, o BC passou a elevar novamente a taxa de juros e medidas de controle cambial foram gradualmente retiradas. Por outro, a política fiscal continuou a ser flexibilizada e o governo interveio nos preços de

energia elétrica e combustíveis como instrumento de controle inflacionário (Melo; Rossi, 2017).

A confiança política empresarial em Dilma, contudo, já estava muito abalada. Desde agosto de 2011, importantes vozes ligadas ao setor financeiro advertiam para a “desconfiança do mercado em relação à possível interferência do governo na política monetária, ferindo a autonomia do BC”, o que poderia “questionar toda credibilidade construída desde a implantação do sistema de metas”, conforme as palavras do economista-chefe da FEBRABAN, de Roberto Troster. “Princípios basilares do regime de metas de inflação e autonomia do BC foram subvertidos”, denunciava Gustavo Franco, sócio da Rio Bravo Investimentos e ex-presidente do BC de FHC (Pinheiro, 2011). Para Gustavo Loyola (2011), eram claros os sinais do definhamento da “tríade da estabilidade macroeconômica”, pois, junto da inflação, “cada vez mais longe do centro da meta” estavam o câmbio “cada vez menos flutuante”, e a política fiscal “cada vez menos superavitária”.

A partir de 2012, as críticas desferidas pelo setor financeiro contra a NME aumentaram cada vez mais, advindas inclusive do exterior. Ao final daquele ano, a revista britânica *The Economist*, tradicional porta-voz da *city* londrina, em um agressivo editorial intitulado “Uma Quebra de Confiança”, já pedia a substituição de Mantega por um “ministro capaz de conquistar a confiança do mercado”. Em março de 2013, foi a vez do *Financial Times* denunciar as “medidas intervencionistas” do governo brasileiro, que estaria se “intrometendo em vários setores, desde energia a telecomunicações, numa mistura de incentivos e punições, com ações que vão desde incentivos tributários até medidas para forçar os produtores a baixarem os preços”. Para o presidente do *Goldman Sachs Brasil*, Paulo Leme, o problema estava na “política fiscal muito expansionista”, com o governo “dobrando a aposta”, “aumentando o gasto público em um momento de desaceleração econômica que impunha maior austeridade”. O pessimismo do mercado financeiro, para o banqueiro, possuía as mesmas raízes da insatisfação que, em junho daquele ano, levava as massas a protestarem nas ruas<sup>8</sup>: “tanto os investidores quanto a população expressaram, de maneiras diferentes, coisas parecidas, que têm a ver com a perda de conectividade entre a política e os anseios do investidor e da população” (Leme, 2013). Nas palavras de André Esteves (BTG Pactual), o governo petista havia deixado de prestar atenção ao “termômetro do mercado”:

---

<sup>8</sup> Referência às manifestações massivas que ficaram conhecidas como “Jornadas de junho”.

O governo não prestou atenção ao termômetro do mercado. Quando o PT assumiu, em 2003, o momento era de enormes desafios econômicos, e havia uma descrença na capacidade dos petistas em lidar com essa complexidade. O ceticismo fez com que Lula fosse muito disciplinado na condução da economia no primeiro mandato. Graças a isso, consolidamos os pilares da estabilidade. Mas o sucesso trouxe um efeito colateral negativo: o gradual desprezo às críticas do mercado, principalmente a partir de 2008, com a derrocada dos sistemas financeiros na Europa e nos Estados Unidos. Sinais importantes — como o fato de a nossa bolsa estar indo pior do que todas as outras e a perda de credibilidade da política fiscal — foram ignorados. Essa soberba econômica foi um erro. O mercado é um termômetro tão valioso quanto a voz das ruas (Esteves, 2013).

Nas eleições de 2014, as ações da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e a cotação do dólar reagiam conforme a divulgação dos resultados de pesquisas de intenções de voto. Quando Dilma perdia pontos nas pesquisas, o Índice Bovespa subia e o real valorizava-se frente ao dólar; quando Dilma melhorava seu desempenho, a bolsa recuava e o real se desvalorizava. Paulo Leme (Goldman Sachs) assim explicou o fenômeno:

*É uma questão de preço e diagnóstico. Não é candidato A B ou C. É a política econômica. Se são os candidatos da oposição que se comprometem a fazer uma mudança dessa natureza, o mercado vai reagir quando as pesquisas inclinam em favor dos candidatos de oposição. Caso houvesse uma mudança do atual governo, o que no momento eu não detecto, em direção à linha que estamos sugerindo, a reação do mercado seria positivamente igual. É como se diz em inglês: *it's not personal* (não é pessoal). É uma questão de agenda de política econômica (Leme, 2014, grifo próprio).*

O paradoxal é que os industriais, que antes apoiavam, a partir da metade de 2013, também passaram a adotar posições crescentemente críticas em relação ao governo. O primeiro indício dessa mudança deu-se na questão dos juros. As entidades industriais passaram a cobrar, de forma cada vez mais incisiva, um ajuste fiscal via corte de gastos como forma principal de enfrentar a inflação. Alertando que “todo o ônus do controle dos preços não poderia recair sobre o setor produtivo”, a CNI exclamava ser “necessária uma readequação do ritmo de expansão dos gastos públicos às necessidades da estabilização, de modo a gerar condições de um ciclo de juros menos intenso” (A INDÚSTRIA quer..., 2013). A demanda por disciplina fiscal, no lugar de aperto monetário, para combater a inflação, sinalizava uma mudança de posicionamento político: o alvo da crítica deixava de ser o “monetarismo do BC a serviço da especulação” e passava a ser a “indisciplina fiscal do governo”.

Uma segunda importante inflexão no discurso industrial se deu no tocante à política de comércio exterior. Até 2011, a FIESP denunciava a “enxurrada de importados” e cobrava medidas de proteção para o mercado interno. A partir de 2013, a entidade passou a criticar

o isolamento comercial do Brasil, “fechado no Mercosul”. A FIESP, a CNI e o Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) começaram a reivindicar a integração do país nas “cadeias internacionais de valor”, através da assinatura de acordos de livre-comércio com países e blocos líderes em inovação tecnológica<sup>9</sup>. Pedro Passos, presidente do IEDI, explicou: “Estamos superando uma etapa onde a prioridade total era o mercado interno. O consumo local já não é mais suficiente para dar todas as respostas que o setor produtivo procura” (INDÚSTRIA pede gasto..., 2013).

Como terceira inflexão, a intensificação da pressão dos industriais por “flexibilização e modernização das leis trabalhistas”. No final de 2012, a CNI e a FIESP já haviam apresentado o documento denominado “101 propostas para a modernização trabalhista” (CNI, 2012). Em 2013, a revisão da CLT foi para o centro do debate, com a intenção de parte da Câmara dos Deputados em votar o Projeto de Lei 4.330/2004, que visava regulamentar e expandir as terceirizações nas contratações das empresas. Centrais sindicais que, dois anos antes, haviam assinado um “pacto pró-produção” com a FIESP (CUT, UGT, CTB, Força Sindical) foram protestar contra o projeto de lei na frente do prédio da entidade empresarial (CENTRAIS sindicais protestam..., 2013), forte indício de que a “frente produtivista” estava implodindo.

Simbolizando a mudança de posicionamento político dos industriais, o antes entusiasta da política econômica de Dilma, Benjamin Steinbruch, passou a afirmar que a mandatária pecava ao “centralizar bastante as decisões” e fazer “do jeito que achava certo, tentando acertar, mas faltava discussão, entendimento, convergência com o mercado”. A presidente teria o defeito de ser “fechada em si mesma”, “distanciada da realidade” (Steinbruch, 2014a). “Vivemos uma situação em que estamos tentando há bastante tempo uma interlocução com o governo para alertá-lo sobre os problemas de vários setores. A interlocução tem sido muito difícil. O governo não está ouvindo os alertas dos empresários” (Steinbruch, 2014b). O problema: “excesso de intervencionismo”.

[...] ela [Dilma] parece não confiar na capacidade da iniciativa privada no Brasil de assumir suas responsabilidades, o que a leva a colocar o Estado para competir onde ele não é necessário. Por isso, começou a intervir de maneira muito determinada em alguns setores, distanciando-se da interlocução com o setor produtivo. O Brasil continua o mesmo, os empresários continuam os mesmos, as oportunidades continuam as mesmas. Agora, faltam confiança, proximidade, convergência, determinação (Steinbruch, 2014b).

---

<sup>9</sup> Essa mudança na política comercial proposta pela FIESP foi sistematizada e publicada no documento “Agenda de integração externa” (FIESP, 2013).

## 5.2 “Estelionato eleitoral”, crises e *impeachment*

Após sua reeleição, em outubro de 2014, tentando mitigar os problemas avolumados no horizonte, Dilma inverteu os sinais da política econômica, impondo as medidas restritivas reivindicadas pelos empresários. Demitiu Mantega e escolheu, para ser seu novo ministro da Fazenda, o economista ortodoxo Joaquim Levy, membro do Conselho Executivo do Bradesco<sup>10</sup>. Com Levy à frente da Fazenda, o governo promoveu forte contração fiscal, reduzindo o ritmo de crescimento dos gastos públicos de 12,8%, em 2014, para 2,1%, em 2015, propôs reformas nas concessões de benefícios sociais, diminuiu o gasto com crédito subsidiado e procurou quitar as dívidas do governo federal com bancos públicos (Melo; Rossi, 2017).

As medidas austeras contribuíram para derrubar ainda mais uma economia já em crise, e o país entrou em recessão. O PIB caiu impressionantes 3,5%, em 2015, e 3,3%, em 2016. Depois de mais de uma década abaixo da meta de 6,5%, a inflação foi a 10,7%, em 2015. A taxa básica de juros ultrapassou os 14%. O real se desvalorizou, com o dólar chegando a R\$ 3,90, em dezembro de 2015. O desemprego, que era de 6,6% na reeleição de Dilma, ultrapassou os 12%, em 2016. O reequilíbrio fiscal buscado por meio do ajuste, porém, não apareceu. As contas públicas fecharam em déficit primário de 1,9% e 2,5% do PIB, em 2015 e 2016, respectivamente, contribuindo para a relação dívida pública bruta/PIB subir de 56,3%, em 2013, para 65,5%, em 2015 (DIEESE, 2021). O IBOVESPA, em 70 mil pontos quando Dilma assumiu a presidência em 2011, chegou a 38 mil pontos em janeiro de 2016 (BOVESPA, 2024). Agências internacionais de classificação de risco, como *Fitch* e *Standard & Poor's*, rebaixaram as notas de investimento do Brasil (Sciaretta; Landim, 2015; Leitão, 2016).

A conjuntura política derretia junto à econômica. A base social petista se sentia traída com o “estelionato eleitoral”, o governo perdia apoio no Congresso Nacional e as denúncias de corrupção contra o PT e seus aliados de coalizão eram feitas pela operação “Lava-Jato”. Juntos, tais elementos derrubaram a popularidade presidencial e desestabilizaram o segundo mandato de Dilma, desde o seu início. Logo após a posse, setores da oposição e movimentos de rua começaram a flertar com a bandeira do *impeachment*.

---

<sup>10</sup> A primeira opção de Dilma para substituir Mantega era Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do Bradesco. Este declinou do convite (Safatle, 2014), mas indicou Levy.

Após um primeiro semestre de 2015 marcado por obstruções das votações dos projetos governamentais de ajuste fiscal no Congresso, lideradas pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), e aumento das especulações sobre um possível processo de impedimento presidencial, em agosto, industriais e banqueiros manifestaram-se dando acenos para a sustentação do governo. FIESP e FIRJAN divulgaram nota pública conjunta “em prol da governabilidade”, pedindo “responsabilidade e união em prol do Brasil” para as forças políticas envolvidas na crise (FIESP, 2015). Em entrevista à “Folha de São Paulo” (23/08/2015), o presidente do Itaú Unibanco, Roberto Setúbal, afirmou “não haver cabimento” na hipótese de *impeachment* por corrupção, pois “não se pode tirar um presidente do cargo porque ele momentaneamente está impopular”, além de que isto “criaria uma instabilidade ruim para nossa democracia” (Setúbal, 2015). Nas páginas do mesmo jornal, o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, cobrava “grandeza de buscar a convergência” dos parlamentares da oposição para “separar o ego pessoal do que é o melhor para o país” e sair do “ciclo do quanto pior, melhor” (Trabuco, 2015).

Em dezembro de 2015, depois de muitas ameaças, Eduardo Cunha decidiu pela abertura do processo de impedimento de Dilma. Mudando radicalmente em relação ao seu posicionamento de quatro meses antes, a FIESP manifestou apoio formal à destituição presidencial. Levantamento do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da FIESP e do CIESP (Depecon), realizado entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2015, com os representantes de 1.113 empresas no estado de São Paulo, apontava que 91,9% dos empresários industriais paulistas eram favoráveis à entidade se posicionar a favor do processo de *impeachment*. As justificativas, segundo Paulo Skaf, Presidente da FIESP, eram a “incapacidade de efetivar o ajuste fiscal”, a “perspectiva de estouro do orçamento” e a “total falta de credibilidade do governo” (FIESP, 2015). Entre março e abril de 2016, a FIESP assumiu o papel de liderança do movimento pró-destituição presidencial. Foi então que a sede da entidade iluminou sua fachada com a bandeira brasileira e insígnias como “Renúncia Já”, “*Impeachment* Já” e “Não vamos pagar o Pato”. A FIESP montou uma infraestrutura na frente da sua sede para receber manifestantes e publicou anúncios nos principais jornais do país defendendo o *impeachment*. Skaf fez inúmeras chamadas para a população comparecer aos protestos anti-Dilma, além de ter liderado o *lobby* empresarial junto aos deputados federais em Brasília, pressionando os congressistas a votarem pela impugnação de Dilma (Maciel, 2016a). “Nós queremos um outro governo, nós queremos que sejam recuperadas a confiança e a credibilidade” (FIESP, 2016), declarava o líder

industrial. Outras federações industriais estaduais importantes, como a FIERGS (Rio Grande do Sul), a FIEP (Paraná), a FIESC (Santa Catarina) e a FIRJAN (Rio de Janeiro), também se posicionaram oficialmente a favor da deposição de Dilma (Maciel, 2016b). Quatro dias antes da votação da admissibilidade do *impeachment* pela Câmara, o presidente da CNI, Robson Andrade, escreveu em carta aos parlamentares: “É hora de mudar. Os empresários, assim como todos os brasileiros, esperam que nossos representantes no Congresso Nacional façam sua parte para que o Brasil possa voltar a sonhar com um futuro melhor” (Leitão, 2016).

Em paralelo ao reposicionamento do poder econômico, ao longo do primeiro trimestre de 2016, os partidos conservadores da base aliada (o “centrão”) romperam oficialmente com o governo e se aliaram à oposição: a coalizão parlamentar de Dilma colapsou, a coalizão do *impeachment* e para a formação de um novo governo em torno do vice se formou (Limongi, 2023).

Iniciado o processo de afastamento de Dilma do cargo, o setor financeiro dividiu-se entre, de um lado, o apoio aberto dos agentes ligados ao mercado de capitais à destituição presidencial, evidenciado por fortes altas da bolsa, valorização do real e quedas dos juros futuros que se verificava nas reações do mercado financeiro a cada nova derrota sofrida pelo governo, ao longo do processo de julgamento da presidente; e de outro, o silêncio de representantes dos grandes bancos comerciais nacionais, como Itaú e Bradesco, que pouco tempo antes haviam rechaçado a hipótese de destituição. Depois, contudo, com a substituição de Joaquim Levy pelo heterodoxo Nelson Barbosa no MF e o esfacelamento das bases de sustentação do governo no Congresso, deixando claro que a agenda de reformas pró-mercado e ajustes fiscais não avançariam, o setor financeiro unificou-se em torno do consenso sobre a substituição de Dilma por Michel Temer (Almeida, 2016; Valle, 2018). Logo após Dilma ser afastada do cargo, o presidente do Itaú Unibanco disse que “os políticos fizeram o que tinham que fazer” e já era possível sentir uma “animação maior para voltar ao crescimento econômico” (Sales, 2016). A saída da presidente era “um alívio”, pois o mercado “não aguentava mais a jaboticaba da heterodoxia”, segundo Marco Antônio Bolonha, presidente do Banco Fator (Bolonha, 2013). O presidente do Bradesco, que se tornara um forte interlocutor de Dilma e buscou em vários momentos diminuir a tensão entre governo e bancos ao longo da crise<sup>11</sup>, afirmou que a troca na presidência inaugurava “um

---

<sup>11</sup> Sobre a proximidade do presidente do Bradesco com Dilma, ver o relato dos bastidores da crise de dentro do Palácio do Planalto feito pelo jornalista, cientista político e assessor de Imprensa do MF, entre

novo tempo de solidez, um país pensado para fluir”, pois o Brasil não poderia mais “ficar preso ao feitiço do tempo em que os dias apenas se repetem” (Trabuco, 2016).

Em nossa interpretação, ao menos três fatores combinados contribuíram para a mudança da posição empresarial “pró estabilidade”, de agosto de 2015, para o apoio ativo ou passivo à deposição presidencial, verificado a partir de dezembro do mesmo ano. O primeiro foi a avaliação de que com sua popularidade abaixo de 10% e sem apoio no Congresso, Dilma não conseguiria aprovar as medidas de ajuste fiscal e não teria força para superar a crise de ingovernabilidade na qual estava mergulhada. Além disso, o vice-presidente Michel Temer passou a apresentar-se como alternativa capaz de liderar esquema de poder diante do impasse político. Foi em palestra para empresários que ele emitiu o primeiro sinal nesta direção, afirmando ser necessário “alguém capaz de unir e pacificar o país”. O terceiro e mais decisivo elemento a influir na decisão do empresariado de apoiar a substituição de Dilma por Temer foi o programa econômico apresentado pelo PMDB, intitulado “Uma ponte para o futuro”, no qual o partido se comprometia com agenda que naquele momento unificava o empresariado industrial e o mercado financeiro: austeridade fiscal, fim dos reajustes automáticos do salário mínimo, privatizações, rearranjo da orientação da política de comércio exterior, flexibilização de leis trabalhistas e reforma previdenciária (Fundação Ulysses Guimarães, 2015).

## **6 A UNIDADE DE INDUSTRIAIS E BANQUEIROS EM TORNO DA AGENDA DA “PONTE PARA O FUTURO” DO GOVERNO TEMER**

Temer assumiu o governo contando com ampla e sólida base de apoio congressional e montou uma equipe econômica considerada “*dreamteam*” por empresários e economistas liberais, liderada por Henrique Meirelles, no MF<sup>12</sup>, e pelo então economista-chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn, no BC. Em linha com o que fora projetado no programa “Uma ponte para o futuro”, a nova administração federal buscou implementar um ajuste estabilizador combinado a um pacote de reformas estruturais liberalizantes para fazer a Constituição Federal de 1988 “caber no orçamento” e “reconquistar a confiança dos investidores”. Segundo sugestões de líderes empresariais, Temer deveria “aproveitar sua

---

2015 e 2016, Rodrigo de Almeida (2016), em seu livro “À sombra do Poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff”.

<sup>12</sup> Durante a montagem do novo gabinete ministerial, o nome de Murilo Portugal, presidente da FEBRABAN, foi fortemente cogitado para assumir a pasta da Fazenda (MURILO Portugal é..., 2016).

impopularidade” para “tomar medidas amargas”, já que ele próprio havia se comprometido a não disputar a eleição presidencial de 2018 (Amaral, 2017). Em torno de três reformas fundamentais, industriais e setor financeiro cimentaram seu apoio à agenda econômica do novo governo: inserir no texto constitucional um limite rígido para as despesas públicas, desregulamentar e flexibilizar as relações capital-trabalho e reformar o sistema previdenciário.

## 6.1 O “teto de gastos”

Proposta por Temer em setembro e promulgada pelo Congresso em dezembro de 2016, a Emenda Constitucional nº 95 inseriu na Carta de 1988 um mecanismo para fixar, por até 20 anos, um limite para as despesas públicas: o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação. Na prática, significava o congelamento, em termos reais, do orçamento público em sua dimensão total. A partir de sua constitucionalização, o governante que quisesse aumentar o gasto ou investimento em uma área necessariamente precisaria transferir recursos de outra parte do orçamento.

O teto de gastos contou com apoio ativo dos banqueiros. O presidente da FEBRABAN foi a uma audiência na Câmara dos Deputados defender a proposta do governo na sua integralidade pois ela “representaria para a política fiscal o que o Plano Real representou para a política monetária”. Murilo Portugal argumentou que a EC 95 contribuiria para a redução da dívida pública sobre o PIB, a saída da recessão e a queda dos juros de longo prazo (Gamarski, 2016). Para defender a proposta, o Itaú Unibanco chegou a criar uma cartilha para responder às dúvidas frequentes de seus clientes e às críticas da oposição (Itaú BBA, 2016). Roberto Setúbal afirmava ser o teto um “divisor de águas” que faria o país “dar um salto enorme, uma evolução muito grande” (UOL, 2016). Em reunião com o Conselho Superior de Economia da FIESP, o economista-chefe do Bradesco, Octávio de Barros, declarou que a imposição de limite para as despesas públicas era “a mãe das reformas” (FIESP, 2016). Enquanto esteve em vigor, a manutenção do teto de gastos e o respeito dos governantes aos seus limites foi uma das principais preocupações do setor financeiro.

Os industriais também apoiaram ativamente a reforma fiscal da Constituição. O presidente da FIESP, após reunião com Temer, avaliou que “se isso [instituição do teto] tivesse acontecido há dez anos, hoje teríamos uma dívida pública seis vezes menor. Se

tivéssemos dívida de R\$ 700 bilhões, ao invés dos R\$ 4 trilhões que o governo deve, estaríamos vivendo em outro Brasil, a começar pela taxa Selic, que poderia ser 3%” (FIESP, 2016). A CNI publicou anúncios em jornais de grande circulação em defesa da PEC e estampou a capa da edição de outubro de sua publicação mensal “Revista da Indústria” com a manchete “A volta da ordem fiscal: governo e Congresso indicam recuperação da responsabilidade nas contas públicas” (CNI, 2016).

## 6.2 A reforma trabalhista

No âmbito trabalhista, além de em 2017 e 2018 não reajustar o salário mínimo acima da inflação, interrompendo o ciclo de valorizações reais continuadas dos salários, o governo Temer implementou duas mudanças reivindicadas pelo capital: a Lei 13.429/2017, que passou a permitir às empresas terceirizarem de forma irrestrita todas as atividades de trabalho contratadas; e a Lei 13.469/2017, que promoveu alterações significativas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), entre as quais o fim da contribuição sindical compulsória, os acordos coletivos entre empregados e empregadores passando a prevalecer sobre a legislação (“o acordado sobre o legislado”) e a possibilidade de estabelecimento de “contratos intermitentes de trabalho”. Justificadas como flexibilizações legais necessárias para estimular as contratações e diminuir o desemprego, as novas leis foram aplaudidas por industriais e banqueiros. Para a CNI, enfim “o almejado avanço na construção de relações do trabalho modernas e alinhadas com a economia do século 21”. Para a FIESP, “uma vitória da sociedade”, mostra de que o Brasil estaria “maduro para viver uma nova forma de relação entre trabalhadores e empregadores, que será positiva para todos” (ENTIDADES empresariais..., 2017). A FEBRABAN preparou uma cartilha especial defendendo a “modernização trabalhista que viria para garantir conquistas e abrir novas oportunidades”, “ampliar direitos e não tirar nenhum” e criar “novas oportunidades de empregos formais” (FEBRABAN, 2017, p. 4). Em audiência pública na Câmara de Deputados que reuniu representantes de diversas confederações patronais, Damião Moraes, gerente de relações institucionais da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF), defendeu a reforma como forma de enfrentar “a raiz do problema, que são leis trabalhistas que protegem muito o trabalhador, mas retiram o emprego” (CNA, 2017).

### 6.3 A reforma da Previdência

Segundo empresários, economistas liberais e governo, para ser sustentável e factível no longo prazo, o teto de gastos demandava a aprovação de mais outra reforma constitucional de envergadura, que o complementaria: a reforma da previdência social. Esta foi proposta por Temer na PEC 287, enviada ao Congresso em dezembro de 2016. Entre as mudanças previstas no texto do governo, estavam a fixação de idade mínima e o aumento do prazo mínimo de contribuição para requerer aposentadoria, a fixação do período mínimo de 49 anos de contribuição para acessar aposentadoria integral, o fim dos “seguros especiais” para categorias como trabalhadores rurais e professores, o fim do sistema diferenciado de previdência dos servidores públicos e a desvinculação das pensões por morte do salário mínimo. Justificada como ajuste necessário frente à mudança demográfica do perfil etário da população, que tornava o sistema previdenciário deficitário e, no longo prazo, insustentável, a Reforma permitiria uma economia de R\$ 800 bilhões em 10 anos, segundo as estimativas divulgadas pela equipe econômica. Na edição de dezembro/2016 de sua “Revista da Indústria”, a CNI dedicou seis páginas a reportagens especiais em defesa da mudança do regime previdenciário, entendida como “próximo e inevitável passo do ajuste fiscal” (CNI, 2016, p. 21). Em sua mensagem de comemoração do aniversário de 50 anos da FEBRABAN, em 2017, Murilo Portugal elencava como uma das prioridades da agenda da entidade o “importante desafio de enfrentar a reforma da Previdência, essencial para reduzir privilégios e desequilíbrios, principalmente para conter o aumento da dívida pública” (Portugal, 2017).

Apesar do forte apoio empresarial, a reforma previdenciária era muito impopular, desgajando parlamentares já atentos ao calendário eleitoral. Foi então que, em maio de 2017, quando a proposta tramitava lentamente no Congresso, as gravações das conversas de Temer com Joesley Batista (JBS-Friboi), no contexto da Lava Jato, geraram enorme escândalo e desestabilizaram gravemente o governo, que passou a se equilibrar em busca de sobrevivência. Os diálogos grampeados serviram de base para a Procuradoria Geral da República mover duas denúncias por crimes comuns contra o presidente junto ao Supremo Tribunal Federal. O plenário da Câmara de Deputados, porém, rejeitou em duas votações as denúncias que, se aprovadas, levariam ao afastamento de Temer do cargo. No auge da crise, em entrevista à “O Estado de São Paulo”, o presidente da FIESP disse “não caber à entidade falar em renúncia de presidente” e que a situação seria diferente do *impeachment*

de Dilma, quando ele liderara o movimento pró-deposição, pois “as reformas estruturais estavam sendo aprovadas” (Skaf, 2017).

Após os deputados salvarem o mandato de Temer, em nota, a FIESP afirmou que o Brasil superara “mais uma etapa da crise”, e que “os sinais de recuperação da economia que já começamos a ver no horizonte precisam se fortalecer e se multiplicar” (FIESP, 2017). A CNI acenou para a manutenção de Temer afirmando ser “preciso pensar no país: a importância das investigações sobre a corrupção é inegável, mas as instituições políticas devem seguir funcionando para produzir soluções para crise econômica” (CNI, 2017, p. 8). Seis dias após a divulgação da conversa de Temer com o presidente da JBS, em seminário realizado na Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), o presidente da FEBRABAN declarou que “felizmente, o governo do presidente Temer está corrigindo problemas estruturais” e se incluía “entre aqueles que advogam que todo esforço da área econômica não seja perdido” (Taiar; Máximo, 2017). O apoio das elites empresariais à política econômica, conjugado à base de apoio congressional, foi decisivo para sustentar politicamente o presidente Temer no cargo, mesmo com ele registrando índices recordes de impopularidade, pois sua taxa de aprovação popular em algumas pesquisas de opinião chegou a algo em torno de 3% (Caram, 2017). A reforma da previdência foi aprovada apenas no governo Bolsonaro, no primeiro semestre de 2019, mas a base da proposta foi a formulada pela equipe de Temer.

## 7 POR QUE OCORREU O REALINHAMENTO DE COALIZÕES?

O sistema financeiro brasileiro tem o tripé macroeconômico como o seu programa político. Seu relacionamento mais ou menos amistoso com os diferentes governos depende da maior ou menor rigidez com que as autoridades obedecem às diretrizes desse modelo. Desde os fins da década de 1970, os empresários financeiros formam a vanguarda da disseminação e da defesa dos postulados do liberalismo econômico no Brasil (Minella, 1993). O modelo liberal é hegemônico, em grande medida, pelas *afinidades eletivas*<sup>13</sup> que mantém com os interesses do setor financeiro. Esta conexão entre ideias econômicas de austeridade e interesses materiais rentistas, que fundamenta a defesa do tripé macroeconômico, se dá porque: i) a inflação, que desvaloriza a mercadoria-dinheiro dos

---

<sup>13</sup> Surgido como metáfora literária na obra de Goethe, o termo foi utilizado como conceito por Max Weber para explicar as correlações e correspondências existentes entre valores e ideias, de um lado, e interesses materiais de classe, de outro.

bancos, deve ser a mais baixa possível, para, combinada com uma taxa de juro nominal (Selic) alta, formar uma taxa de juro real maximizadora do rendimento dos títulos públicos dos quais os bancos são detentores; ii) o câmbio livre e flutuante permite a entrada e saída sem sobressaltos e de maneira lucrativa do capital especulativo investido em ações, em títulos da dívida e em serviços financeiros diversos; iii) a política fiscal austera, com cortes de gastos públicos e geração de superávits primários, dá maior segurança de que o governo terá condições de continuar rolando o serviço da dívida pública, “honrando os compromissos”.

Ora, a NME caminhou na direção oposta desse receituário. É bastante compreensível porque o mercado financeiro se tornou crescentemente críticos à Dilma, inobstante a presidente, em seu segundo mandato, ter tentado atender os reclames das finanças. Ao acenar com o retorno do receituário ortodoxo, reformas liberalizantes e uma equipe econômica de confiança do mercado financeiro, Temer conquistou o apoio desse segmento.

Mais enigmático é o movimento feito pelos industriais. Quais razões os levaram a se afastarem do governo Dilma logo após este atender às suas reivindicações históricas? Esta questão atraiu a atenção de diversos analistas políticos, que elaboraram hipóteses para explicar as raízes de tal fenômeno. Sinteticamente, podemos interpretar que o comportamento aparentemente paradoxal da burguesia industrial foi resultado da combinação dos seguintes elementos:

I) Os industriais se afastaram de Dilma porque a NME fracassou, não entregou o que prometera (Barros, 2016). As medidas da NME não lograram reverter a queda contínua das taxas de lucro industrial ocorrida entre 2011 e 2014 (Marquetti; Hoff; Donadio, 2016). Como os empresários são atores movidos por pragmatismo e guiados por avaliação de resultados, não havia razões objetivas para continuar apoiando o governo Dilma, mesmo que este tenha implementado a agenda até então defendida pelos industriais (Bianchi, 2015; Ianoni, 2018; Perrin, 2020);

II) O processo de financeirização das economias, intrínseco à lógica do capitalismo contemporâneo, diminuiu a clivagem estrutural de interesses entre setor produtivo e financeiro (Tavares, 2014). Atraídos por taxas de juros altas ofertadas por aplicações financeiras com rentabilidade e segurança maiores que os investimentos produtivos, muitos empresários ligados à produção comprometeram parte significativa do capital de suas empresas com atividades rentistas. Parcela significativa dos grandes industriais, assim, não têm mais interesse claro em reduções significativas dos juros. Além disso, muitas empresas

industriais que abriram capital na bolsa passaram a ter parte de suas ações controladas por grupos financeiros, e/ou foram adquiridas e passaram a ser administradas por bancos e fundos de investimento (Dalla Costa; Souza-Santos, 2012). Em 2017, a própria Dilma Rousseff apontou para essa mudança estrutural na relação entre indústria e setor financeiro (a qual ela teria subestimado ao levar a cabo a NME), ao avaliar criticamente as razões que teriam levado os empresários a somarem forças para apeá-la da presidência:

Quando iniciamos o processo de baixar os juros, nós abrimos uma discussão e não apareceu ninguém na discussão. Não apareceu apoio nenhum. Por quê? Porque os empresários brasileiros são maus? Não [...] Por que é que eles não queriam juro baixo? Porque também ocorreu o processo de financeirização aqui. A JBS tem banco. Quem era o chefe do banco da JBS? Você sabe? O companheiro [Henrique] Meirelles! Todas as grandes empresas brasileiras têm uma variante bancária chamada tesouraria, na qual a parte financeira é, progressivamente, mais significativa que a parte produtiva. [...] A financeirização é implacável, ela muda completamente a lógica. Quem perde com juro alto é a média indústria. A grande não perde e a pequena não muito, porque tem juros subsidiados (Rousseff, 2017).

III) A adesão industrial à agenda liberal foi uma reação ao excessivo ativismo estatal presente na NME. Os próprios empresários articularam sua crítica nos termos de reação à intervenção governamental excessiva. O politólogo André Singer considera que esse movimento dual dos industriais diante do Estado, no qual eles primeiro demandam a ação interventora e, logo depois, se opõem ao “intervencionismo”, encontra antecedente histórico na conjuntura que levou ao golpe civil-militar de 1964. Tal como ocorrera na crise que levou à queda de João Goulart, no governo Dilma, a burguesia industrial, após demandar ativismo estatal, reticente quanto ao fortalecimento de um “poder sobre qual teme perder o controle e que pode favorecer excessivamente os trabalhadores”, voltou-se “contra seus próprios interesses imediatos’ para evitar mal maior: uma política nacional que represente a ascensão das camadas populares” (Singer, 2018);

IV) O aguçamento das contradições entre capital e trabalho ocorrido no governo Dilma, decorrente de três processos interligados: a) a manutenção da taxa de desemprego nos níveis mais baixos já registrados em toda a série histórica, flutuando entre 6,0% (2011) e 4,3% (2014), a despeito da redução do ritmo de crescimento do PIB (IPEA, 2015). Aliado à política de reajustes reais do salário mínimo implantada pelos governos petistas, o desemprego baixo contribuiu para outro processo problemático para os industriais: b) o aumento do valor dos salários acima da produtividade média, que elevou o custo unitário do trabalho, comprimindo as taxas de lucro industrial. As condições favoráveis do mercado de trabalho, por fim, c) estimularam os sindicatos a se mobilizarem crescentemente em

paralisações e greves buscando obter ganhos salariais reais. Conforme demonstrado por Braga (2016), entre 2008 e 2013, houve ganhos reais, crescentes e continuados nas negociações coletivas, sendo que 2013 representou a maior onda grevista já registrada no Brasil: foram registradas 2.050 greves naquele ano, superando o ano de 1990, até então o recordista. Para Rugitsky (2015), em análise inspirada no economista polonês Michal Kalecki, a não elevação (e depois, a retração) da taxa de investimento empresarial, mesmo com os estímulos da política econômica de Dilma, foi uma reação do capital aos ganhos crescentes do trabalho, que assumiu a forma de uma “greve de investimentos”, por meio da qual os empresários buscaram pressionar o governo a adotar medidas de reversão do pleno emprego e desvalorização dos salários.

Essas quatro variáveis conectadas ensejaram um deslocamento triplo na posição dos industriais: (i) da agenda de política econômica neodesenvolvimentista para uma agenda liberalizante; (ii) da coalizão produtivista com as forças organizadas do trabalho para uma coalizão empresarial com o setor financeiro; (iii) do apoio ao governo Dilma à atuação mobilizadora em favor do *impeachment* e de sustentação do governo Temer.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois mandatos de Lula foram beneficiados por um ciclo de bonança que impactou positivamente o conjunto das economias latino-americanas. No início do governo Dilma, o cenário reverteu-se. Para além dos possíveis acertos e erros das políticas econômicas adotadas por tais governos, a desaceleração foi resultado de uma mudança de ciclo econômico externo típica da estrutura e da forma de inserção da economia brasileira no plano internacional. Por ter níveis baixos de poupança interna e ser industrialmente pouco competitivo, o Brasil se insere no mercado mundial na condição de importador de capitais e exportador de *commodities* agrominerais.

Essas duas características estruturais fazem nossa economia ter seu desempenho fortemente atrelado a duas variáveis exógenas e flutuantes: os preços internacionais das *commodities* e as taxas de juros internacionais. Quando os preços das *commodities* estão em alta e as taxas de juros internacionais estão em queda, crescem nossas receitas de exportação, há maior injeção de recursos na economia, o país atrai investimentos financeiros externos. O crescimento melhora a arrecadação do Estado. Nesses ciclos de bonança, o crescimento possibilita a convivência de políticas de austeridade com políticas

sociais e redistributivas. Em termos políticos, os governos ganham espaço orçamentário para atender e conciliar interesses diversos.

De outra parte, quando os preços das *commodities* caem e as taxas de juros internacionais sobem, a queda nas exportações deteriora os termos de troca e os investidores migram seus capitais para economias de moeda forte. O crescimento cai, o Estado é privado de receitas e as contas públicas se desequilibram. Abrem-se ciclos de crise, torna-se difícil conciliar crescimento, distribuição e estabilidade. Politicamente, a margem de manobra dos governos é estreitada, surge a necessidade de ajustes fiscais e aprofunda-se a disputa dos diferentes grupos políticos e sociais pelo controle do orçamento (Campello, 2018).

Emperrada a alavanca do crescimento, a sustentação material da fórmula de conciliação de interesses empresariais e populares que caracterizava o núcleo do “reformismo fraco” lulista (Singer, 2012c) entrou em corrosão. Não foi mais possível manter nos mesmos termos o compromisso pluriclassista. Sem crescimento, o jogo distributivo deixou de ser de “soma positiva”, no qual a ampliação da riqueza total gera incentivos para a cooperação e a formação de soluções de compromisso entre forças do capital e do trabalho (Przeworski; Wallerstein, 1981), e passou a ser de “soma zero”, no qual se acirra o conflito pelo acesso à riqueza. Nesta configuração, “para que um dos agentes ganhe, outros necessariamente perdem na mesma proporção” (Perissinotto, 2010, p. 122). “Um cenário em que, no melhor dos casos, a soma era constante (com tendência ao congelamento do perfil social de distribuição da riqueza) e, no pior, era negativa, em que alguns grupos seriam obrigados no mínimo a reduzir o ritmo de apropriação da renda gerada” (Santos, 2017, p. 42).

Mudado o ciclo econômico, os industriais reposicionaram-se. A partir de 2013, a agenda de reivindicações de cunho neodesenvolvimentista foi sendo gradativamente secundarizada em relação a outro conjunto de reivindicações: austeridade fiscal e reformas estruturais liberalizantes. Os industriais passaram a avaliar que os custos salarial e tributário das políticas redistributivas excedia o custo monetário e cambial da macroeconomia ortodoxa e, então, romperam a coalizão com as forças organizadas do trabalho, se aproximando da plataforma tradicionalmente defendida pelo setor financeiro.

O acirramento do conflito distributivo fez com que as linhas demarcatórias da cooperação e do conflito fossem redefinidas: no lugar da aliança produtivista capital industrial-trabalho, formou-se uma repactuação de amplo arco de frações das elites empresariais da indústria e das finanças, unidas pela rejeição crescente à condução

econômica heterodoxa do governo Dilma e pela defesa do ajuste fiscal via austeridade e de reformas pró-mercado. Quando o crescimento travou e a distribuição se tornou um custo proibitivo para a lógica da acumulação, as frações burguesas se unificaram como classe. Com recursos materiais mais escassos, a história dá razão a Michels (1996, p. 91): “a competição entre as várias facções das classes dominantes resulta numa conciliação, que se efetua em acordo com o desejo instintivo de manter a dominação das massas por meio de sua repartição entre si”. Foi para reconquistar o apoio dessa “frente ampla” empresarial e dar sustentação ao governo que Dilma inverteu os sinais de sua política econômica, no início do segundo mandato. Entretanto, o programa “Uma ponte para o futuro” foi mais atraente.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

A INDÚSTRIA quer derrubar o muro. **Isto É Dinheiro**. São Paulo, 7 jun. 2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20130607/industria-quer-derrubar-muro/3743>. Acesso em: 2 dez. 2015.

ALVARENGA, Darlan. IBOVESPA fecha em alta de 1,7% e atinge nova máxima histórica. **G1 Economia**. Rio de Janeiro, 11 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/bovespa-110917.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ALVES, Murilo Rodrigues; RESENDE, Thiago; RITTNER, Daniel. CNI defende pressão do governo contra bancos para redução dos spreads. **Valor Econômico**. São Paulo, 13 abril 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2615492/cni-defende-pressao-do-governo-contrabancos-para-reducao-dos-spreads>. Acesso em: 25 nov. 2015.

ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder**: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: Leya, 2016.

AMARAL, Luciana. Temer diz ter aprovado reformas “aproveitando” sua alta impopularidade. **UOL Política**. Brasília, 8 dez. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/12/08/temer-diz-ter-promovido-reformas-aproveitando-a-sua-alta-impopularidade.htm>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BARBOSA-FILHO, Nelson. Revisionismo histórico e ideologia: as diferentes fases da política econômica dos governos do PT. **Brazilian Keynesian Review**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 102-115, 2018.

BARROS, Celso Rocha de. Sobre o 'experimento desenvolvimentista de Dilma Rousseff: uma discussão com André Singer. **Revista Fevereiro**, São Paulo, n. 9, p. 22-40, abr. 2016.

BASTOS, Pedro Paulo Zalu. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e Ideologia. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. especial, p. 1-63, mar. 2017.

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (org.). **Process-tracing**: from metaphor to analytic tool. (Strategies for Social Inquiry). Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BERGAMINI, Ricardo. As contas do governo Lula (2003-2010). **Portal Notícias Agrícolas**, 17. Mar. 2011. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-economia/85541-as-contas-do-governo-lula---2003-2010--por-ricardo-bergamini.html>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BIANCHI, Álvaro. Por que a FIESP apoia o impeachment? **Blog Junho**, 18 dez. 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/por-que-a-fiesp-apoia-o-impeachment>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BOITO JÚNIOR, Armando. Polêmica sobre o fracionamento da burguesia no processo político brasileiro. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 17, p. 1-34, 2023.

BOLONHA, Marco Antônio. A. Saída de Dilma do governo federal é alívio, afirma banqueiro. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 abr. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1762889-saida-de-dilma-do-governofederal-e-alivio-afirma-banqueiro.shtml>. Acesso em: 22 mai. 2016.

BRAGA, Ruy. "Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes". In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições do Lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-92.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2015.

CAMPELLO, Daniela. Entre o Capital e o Voto: Disciplina de Mercado e Eleições na América Latina. **Cadernos Adenauer XIX**: Política e Mercado, Rio de Janeiro, n. 2, p. 9-34, 2018.

CARAM, Bernardo. Governo Temer é aprovado por 3% e reprovado por 77%, diz Ibope. G1, Brasília, 28 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-e-aprovado-por-3-e-reprovado-por-77-diz-ibope.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2024.

CARVALHO, Laura. **A valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

CASTRO, José Roberto. As commodities e seu impacto na economia do Brasil. **Nexo Jornal**. São Paulo, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/03/31/as-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-brasil>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama, 1996.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 243-270, jul./dez. 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. Confederações patronais defendem reforma trabalhista para modernizar lei e gerar emprego. **CNA**. Brasília, 9 mar. 2017. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/confederacoes-patronais-defendem-reforma-trabalhista-para-modernizar-lei-e-gerar-emprego>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. 101 propostas para a modernização trabalhista. **CNI**, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/cniprop.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Revista da Indústria**, Brasília, ano 1, n. 7, out. 2016. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2020/12/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-7-outubro2016%20>. Acesso em: 24 fev. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Revista da Indústria**, Brasília, ano 1, n. 8, out. 2016. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2020/12/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-8-dezembro2016%20>. Acesso em: 1 mar. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Revista da Indústria**, Brasília, ano 2, n. 13, jun. 2017. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2020/12/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-2-no-13-junho2017%20>. Acesso em: 1 mar. 2021.

DALLA COSTA, Armando João; SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo. Financeirização e reestruturação produtiva: evidências pós-crise financeira de 2008. **Revista de Economia e Tecnologia (RET)**, Curitiba, ano 8, n. 1, p. 35-46, jan. 2012.

DATAFOLHA. Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 dez. 2010. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DE CONTI, Bruno; BLIKSTAD, Nicholas. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. In: CARNEIRO,

Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando (org.). **Para além da Política econômica**. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2018. p. 55-91.  
DELFIM NETTO, Antônio. Voltarão os investimentos? **Valor Econômico**. São Paulo, 4 dez. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2927030/voltarao-os-investimentos>. Acesso em: 30 nov. 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS ECONÔMICOS. Brasil: indicadores socioeconômicos selecionados (1995-2021). **DIEESE**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/sinteseindicadores/2022/indicadoresSocioeconomicosSeriesHistoricas.html>. Acesso em: 19. jul. 2024.

DREIFUSS, René A. **O jogo da Direita**: na Nova República. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 1989.

ENTIDADES empresariais comemoram início da reforma trabalhista. **Economia IG**, 10 nov. 2017. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2017-11-10/reforma-trabalhista-entidades.html>. Acesso em: 25 fev. 2021.

ESTEVES, André. Estamos perdendo o jogo. Entrevista concedida a Ricardo Setti. **Revista Veja**. São Paulo, 17 ago. 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/entrevista-andre-esteves-o-banqueiroconvocado-para-salvar-eike-batista-o-brasil-esta-perdendo-o-jogo/>. Acesso em: 03 dez. 2015.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS. Modernização trabalhista: conheça as principais mudanças. São Paulo, **FEBRABAN**, sem data. Disponível em: [https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Cartilha\\_LeiTrabalhistas\\_150x210\\_24pgs\\_l.pdf](https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Cartilha_LeiTrabalhistas_150x210_24pgs_l.pdf). Acesso em: 25 fev. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Brasil do diálogo, da produção e do emprego. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego. **FIESP**. São Paulo, maio 2011. Disponível em: [http://www.smabc.org.br/Interag/temp\\_img/%7B810B756E-4C7F-460D-936B3E53A6382B94%7D\\_Brasil%20do%20Dialogo%20HIGH%20QUALITY.pdf](http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B810B756E-4C7F-460D-936B3E53A6382B94%7D_Brasil%20do%20Dialogo%20HIGH%20QUALITY.pdf). Acesso em: 13 nov. 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Agenda de integração externa. **FIESP**. São Paulo, 23 jun. 2013. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/agenda-de-integracao-externa>. Acesso em: 2 dez. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Nota oficial – FIESP e FIRJAN em prol da governabilidade do país. **FIESP**. São Paulo, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/nota-oficial-firjan-e-fiesp-em-prol-da-governabilidade-do-pais>. Acesso em: 2 mar. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. FIESP e CIESP definem apoio ao processo de impeachment. **FIESP**. São Paulo, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. “Mãe das reformas” é o teto para o crescimento dos gastos no orçamento, diz economista-chefe do Bradesco. **FIESP**. São Paulo, 16 mar. 2016. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/mae-das-reformas-e-o-teto-para-o-crescimento-dos-gastos-no-orcamento-diz-economista-chefe-do-bradesco/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Temer e Skaf conversam sobre teto de gastos. **FIESP**. São Paulo, 3 out. 2016. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/sietex/noticias/temer-e-skaf-conversam-sobre-teto-dos-gastos-publicos/>. Acesso em: 24 fev. 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. É hora de construir. Nota Pública. **FIESP**. São Paulo, 2 ago. 2017. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/e-hora-de-construir/>. Acesso em: 1 mar. 2021.

FICHT volta a rebaixar no do Brasil. **G1**. São Paulo, 5 jun. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/fitch-volta-rebaixar-nota-do-brasil.html>. Acesso em: 19 jul. 2024.

FRANCINI, Paulo; SOUZA, Rogério de. Produtividade, salários e crise na indústria. **FIESP**. São Paulo, 28 out. 2013. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/produktividade-salarios-e-a-crise-da-industria>. Acesso em: 3 dez. 2015.

FRANCO, Gustavo. A crise e o juro: deslocar a curva. **Valor Econômico**. São Paulo, 14 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/1005938/crise-e-o-juro-deslocar-curva>. Acesso em: 16 nov. 2015.

GAMARSKI, Rachel. Na Câmara, FEBRABAN defende limite para gastos públicos. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 12 set. 2012. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,na-camara-febraban-defende-limite-de-gastos-publicos,10000075615>. Acesso em: 24 fev. 2021.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. **Lua Nova**, São Paulo, n. 72, p. 9-46, 2007.

IANONI, Marcus. **Estado e coalizões no Brasil (2003-2016)**: social desenvolvimentismo e neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Taxa de desemprego: série histórica. **IPEA**. Brasília, 2 fev. 2016. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38401>. Acesso em: 10 maio 2019.

INDÚSTRIA pede gasto eficiente em vez de alta da Selic. **Isto É Dinheiro**. São Paulo, 10 jul. 2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20130710/industria-pede-gasto-eficiente-vez-alta-selic/134750>. Acesso em: 2 dez. 2015.

JUSTO, Marcelo. Que das commodities sugere fim do ciclo de crescimento na América Latina. **BBC Brasil**. São Paulo, 20 mai. 2023. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520\\_commodities\\_queda\\_crescimento\\_america\\_latina\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520_commodities_queda_crescimento_america_latina_lgb). Acesso em: 19. Jul. 2024.

LAGUNA, Eduardo; ALONSO, Olívia; RIBEIRO, Ivo. Dono da CSN diz que Brasil enfrenta risco de recessão inédito. **Valor Econômico**. São Paulo, 13 ago. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3650556/dono-da-csn-diz-que-brasil-enfrenta-risco-de-recessao-inedito>. Acesso em: 10 dez. 2015.

LANDIM, Raquel; SCIARETTA, Toni. Agência de risco Standard & Poor's rebaixa nota do Brasil, que perde selo de bom pagador. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 9. set. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1679688-agencia-de-risco-sp-corta-nota-do-brasil-para-grau-especulativo.shtml?mobile#:~:text=Ap%C3%B3s%20amea%C3%A7ar%20rebaixar%20o%20Brasil,um%20or%C3%A7amento%20deficit%C3%A1rio%20ao%20Congresso>. Acesso em: 19 jul. 2024.

LEITÃO, Matheus. Em carta a deputados, presidente da CNI defende que “é hora de mudar”. **G1**. Rio de Janeiro, 13 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/em-carta-deputados-presidente-da-cni-defende-que-e-hora-de-mudar.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

LEME, Paulo. “Brasil gastou sua poupança na Disney”, diz chefe do Goldman Sachs Brasil. Entrevista concedida a Érica Fraga e Mariana Carneiro. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 ago. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/08/1328120-brasil-gastou-sua-poupanca-nadisney-diz-chefe-do-goldman-sachs-no-brasil.shtml>. Acesso em: 3 dez. 2015.

LEME, Paulo. Paulo Leme, do Goldman Sachs, avalia impacto das pesquisas eleitorais na bolsa. Entrevista concedida a Bruno Villas Bôas. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 8 jun. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/paulo-leme-dogoldman-sachs-avalia-impacto-das-pesquisas-eleitorais-na-bolsa-12415760>. Acesso em: 7 dez. 2015.

LEO, Sérgio. Industriais com Dilma na disputa elétrica. **Valor Econômico**. São Paulo, 26 nov. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2916532/industriais-com-dilma-na-disputa-eletrica>. Acesso: 25 nov. 2015.

LIMONGI, Fernando. Presidencialismo e governo de Coalizão. In: AVITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LIMONGI, Fernando. **Operação impeachment**: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava-Jato. São Paulo: Editora Todavia, 2023.

LINDBLOM, Charles E. **Política e mercados**: os sistemas políticos e econômicos no mundo. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

LOMBARDI, Matheus. Pressionados, bancos reduzem ganhos com juros em 20% em um ano. **UOL Economia**. São Paulo, 15 mai. 2013. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/15/spread-bancos.htm>. Acesso em: 30 nov. 2015.

LOYOLA, Gustavo. Regime de metas para a inflação agoniza. **Valor Econômico**. São Paulo, 5 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/997940/regime-de-metas-para-inflacaoagoniza>. Acesso em: 16 nov. 2015.

LUTA contra recessão é prioridade máxima do país, diz presidente do Bradesco. **Revista Veja**. Rio de Janeiro, 12 mai. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/luta-contra-a-recessao-e-prioridade-maxima-do-pais-diz-presidente-do-bradesco/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

MACIEL, Alice. Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment. **Agência Pública**. São Paulo, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment>. Acesso em: 2 mar. 2019.

MARQUETTI, Adalmir Antônio.; HOFF, Cecília Rutkoski.; MIEBACH, Alessandro Donadio. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira. **ResearchGate**, p. 1-26, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/312191358\\_Lucratividade\\_e\\_Distribuicao\\_A\\_Oriem\\_Economica\\_da\\_Crise\\_Politica\\_Brasileira](https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Oriem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira). Acesso em: 2 mar. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: O processo global da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MARTELLO, Alexandre. Balança comercial tem pior resultado em oito anos. **G1 Economia**. Brasília, 3. jan. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2011/01/balanca-comercial-tem-pior-resultado-em-oito-anos.html>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MELO, Guilherme; ROSSI, Pedro. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 309, p. 1-38, jul. 2017.

MICHELS, Robert. A lei de ferro da oligarquia. In: SOUZA, Amaury de (org.). **Sociologia Política**: textos clássicos de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. p. 89-105.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINELLA, Ary César. Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90. In: DINIZ, Eli. (org.). **Empresários e modernização econômica**: Brasil anos 90. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993. p. 69-111.

MURILO Portugal é nome mais forte neste momento para Fazenda em governo Temer, di fonte. **Revista Época**. Brasília, 20 abr. 2016. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/04/murilo-portugal-e-nome-mais-forte-neste-momento-para-fazenda-em-governo-temer-diz-fonte.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOVELLI, José Marcos Nayme. A Questão da Continuidade da Política Macroeconômica entre o Governo Cardoso e Lula (1995-2006). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 227-308, 2010.

NOVO, Aguinaldo. Na era Lula, bancos tiveram Lucro recorde de R\$ 199 bilhões. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 fev. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/na-era-lula-bancos-tiveram-lucro-recorde-de-199-bilhoes-2818232>. Acesso em: 10 nov. 2015.

OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: anotações sobre classe social e forma organizacional. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba. (org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

PARA Setúbal, PEC dos gastos fará Brasil dar um salto na economia. **UOL**. São Paulo, 22. Set. 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/valor-online/2016/09/22/para-setubal-pec-dos-gastos-fara-brasil-dar-um-salto-na-economia.htm>. Acesso em: 24 fev. 2021.

PAULANI, Leda. O governo Lula é neoliberal. Entrevista concedida ao Jornal dos Economistas. **Conselho Regional dos Economistas do Rio de Janeiro (CORECON)**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/702A41657F2FE40A7B9D07912C34A5F3.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

PERGUNTAS mais frequentes sobre a PEC 241. **ITAÚ BBA**, 2016. Disponível em: <https://www.itaubba-pt/analises-economicas/publicacoes/macro-visao/perguntas-mais-frequentes-teto-de-gastos-pec-241>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PERISSINOTTO, Renato. Marxismo e Ciência Social: um balanço crítico do marxismo analítico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Brasília, ano 25, n. 73, p. 113-128, jun. 2010.

PERRIN, Fernanda. **O ovo do Pato: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2020.

PORTUGAL, Murilo. Mensagem do presidente. **FEBRABAN**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://relatorioanual2017.febraban.org.br/pt/mensagem-presidente.html>. Acesso em: 1 mar. 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019.

PRZEWORSKI, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michael. The structure of class conflict in democratic societies. **American Political Science Review**, Cambridge University Press, ano 76, p. 215-238, 1981.

RODRIGUES, Douglas. Dólar está em R\$ 5,38 e já subiu 39% desde o início do governo Bolsonaro. **Poder 360**. Brasília, 21 ago. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/economia/dolar-atinge-r-57-e-salta-27-na-semana/>. Acesso em: 16. Jul. 2024.

ROUSSEFF, Dilma. Fomos ingênuos em relação aos meios de comunicação. Entrevista concedida ao jornal Esquerda Petista. **Revista Fórum**. São Paulo, 14 jun. 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/dilma-fomos-ingenuos-em-relacao-aos-meios-de-comunicacao>. Acesso em: 13 mar. 2019.

RUGITSKY, Fernando. Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; BASTOS, Pedro Paulo Zahlut. (org.). **Austeridade para quem?** Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior/Friederich Ebert Stiftung, 2015. p. 131-138.

POLÍTICOS fizeram o que precisava, diz Setúbal sobre impeachment. **Valor Econômico**. São Paulo, 30 mai. 2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2016/05/30/politicos-fizeram-o-que-precisava-diz-setubal-sobre-impeachment.ghml>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SAFATLE, Cláudia. Dilma convida Trabuço para a Fazenda e Tombini a ficar no BC. **Valor Econômico**. São Paulo, 20 nov. 2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/coluna/dilma-convida-trabuco-para-a-fazenda-e-tombini-a-ficar-no-bc.ghml>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SANTOS, Fabiano. Governos de Coalizão no sistema presidencial: o caso brasileiro sob a égide da Constituição de 1988. In: AVITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. (org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2017.

SETÚBAL, Roberto. Não há motivos para tirar Dilma do cargo, diz presidente do Itaú. Entrevista concedida a David Friedlander. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 ago. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1672332-nao-ha-motivos-para-tirar-dilma-do-cargo-diz-presidente-do-itaunibanco.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKAF, Paulo; HENRIQUE, Arthur; SILVA, Paulo Pereira da. Um acordo pela indústria brasileira. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 mai. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2605201107.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SKAF, Paulo. “Não cabe à FIESP falar sobre renúncia de presidente”, diz Skaf. Entrevista concedida Pedro Venceslau e Daniel Weterman. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 26

jun. 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-cabe-a-fiesp-falar-sobre-renuncia-de-presidente-diz-skaf,70001864407>. Acesso em: 1 mar. 2021.

STEIL, Juliana. Veja o histórico da Selic nos últimos 20 anos. **Valor Econômico**. São Paulo, 2. ago. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/08/02/veja-o-historico-da-taxa-selic-nos-ultimos-20-anos.ghml>. Acesso em: 16 jul. 2024.

STEINBRUCH, Benjamin. Um país diferente. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 9 out. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/70974-pais-diferente.shtml>. Acesso em: 26 nov. 2015.

STEINBRUCH, Benjamin. “Marina é ‘boa opção’ e Dilma está longe da ‘realidade’, diz Steinbruch”. Entrevista concedida a Kennedy Alencar. **Blog do Kennedy**. 23 set. 2014a. Disponível em: <http://www.blogdokennedy.com.br/marina-e-boua-opcao-e-dilma-esta-longeda-realidadediz-steinbruch-2>. Acesso em: 14 dez. 2015.

STEINBRUCH, Benjamin. “Benjamin Steinbruch, presidente da Fiesp: Hoje, só um louco investe no Brasil”. Entrevista concedida a Pedro Dias Leite. **Revista Veja**. São Paulo, 6 set. 2014b. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/benjamin-steinbruch-presidente-dafiesp-hoje-so-um-louco-investe-no-brasil>. Acesso em: 14 dez. 2015.

TAIAR, Estevão; MÁXIMO, Luciano. FEBRABAN elogia políticas de Temer. **Valor Econômico**. São Paulo, 23 mai. 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2017/05/23/febraban-elogia-politicas-de-temer.ghml>. Acesso em: 2 mar. 2021.

TAVARES, Maria Conceição. “País pode estar perto de recessão moderada, diz Conceição Tavares”. Entrevista concedida a Vanessa Jurgenfeld. **Valor Econômico**. São Paulo, 29 ago. 2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2014/08/29/pais-pode-estar-perto-de-recessao-moderada-diz-conceicao-tavares.ghml>. Acesso em: 9 mar. 2019.

TEMÓTEO, Antônio. 5 maiores bancos concentram mais de 80% dos depósitos e empréstimos, diz BC. **Economia UOL**. Brasília, 28 mai. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/05/28/bancos-concentracao-emprestimos.htm>. Acesso em: 11 jul. 2024.

TROSTER, Roberto Luis. Decisão do Copom choca mesa de economistas. **Valor Econômico**. São Paulo, 31 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/994796/decisao-do-copom-chocamesa-de-economistas>. Acesso em: 16 nov. 2015.

UMA ponte para o futuro. **Fundação Ulysses Guimarães**. Brasília, 29 out. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/uma-ponte-para-o-futuro.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2019.

VALLE, André Flores Penha. **Divisão e reunificação do capital financeiro: do Impeachment ao governo Temer**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2021.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA:

A COALIZÃO EMPRESARIAL NA CRISE BRASILEIRA: DA CRÍTICA À “NOVA MATRIZ ECONÔMICA” À DEFESA DA “PONTE DO PARA O FUTURO” (2011-17)

### AUTOR:

**Gabriel da Silva Vaccari**


Mestre em Ciências Sociais

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, Brasil.

[Gabriel.vaccari360@gmail.com](mailto:Gabriel.vaccari360@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-9904-1125> 

### ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA:

Rua do Acampamento, nº 389, ap 31. CEP: 97050-003. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Concepção e elaboração do manuscrito: G.S. VACCARI

Coleta de dados: G.S. VACCARI

Análise de dados: G.S. VACCARI

Discussão dos resultados: G.S. VACCARI

**FINANCIAMENTO:** Sem fonte de financiamento.

**CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:** Não se aplica.

**APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:** Não se aplica.

**CONFLITO DE INTERESSES:** Não se aplica.

### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](https://portal.periodicos.ufsc.br/). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos

editores ou da universidade.

## **HISTÓRICO**

Recebido em: 08/04/2024

Aprovado em: 21/07/2024

Publicado em: 05/08/2024